

É com o espírito renovado e desejoso de que o Ano que ora se inicia seja repleto de realizações que a Seção de Comunicação Social apresenta a primeira edição do Habeas Boca/2015. Nesta edição, o Diretor da SECAD Clécio Bezerra Nunes Júnior é o entrevistado do mês. Registramos, com pesar, o falecimento do juiz federal César Antônio Ramos que atuou na Justiça Federal de Goiás por 08 anos. Destacamos o texto do servidor Dalvo Resende, que já foi da 5ª Vara de Goiás e hoje está servindo em Sergipe, e um apelo da Secos pela continuidade dos nossos encontros de confraternização.



**Entrevista com o
Diretor da
Secretaria
Administrativa
Clécio Bezerra
Nunes Júnior**

HB - DIRETOR, QUAIS SÃO OS PROJETOS MAIS IMPORTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015?

R: Destacamos como principais projetos: 1) OBRAS - o desenvolvimento dos projetos para construção da nova sede da SSJ de Rio Verde e o início da execução da construção do prédio da SSJ de Jataí; 2) Mobiliário - Traçamos com meta a substituição de, no mínimo, 10% do mobiliário da JFGO, por móveis com melhor qualidade e mais adequados; 3) Melhoria nas instalações físicas das SSJ's - trata-se de um projeto a longo prazo, mas que tem recebido bastante atenção da Administração. Temos feito algumas viagens para conhecermos a realidade das SSJ's e alguns prédios estão muito aquém do padrão da JF. Dessa forma, mesmo se tratando de prédios alugados, algumas reformas são necessárias para dar aos magistrados e servidores uma boa condição de trabalho; 4) Melhoria na segurança - a instalação do controle de

acesso faz parte de um projeto maior de segurança que estamos implantando na Seccional. Vamos finalizá-lo o quanto antes e, nesse exercício, iremos fazer a licitação para a substituição do sistema de CFTV no prédio sede e instalação no prédio Gama Dias (JEF's) e nos galpões. Inclusive, já há dotação orçamentária para tanto; 5) Capacitação - sabemos o quanto é difícil conseguirmos novos servidores. Assim, uma estratégia para suprimirmos parcialmente a falta de servidores é capacitarmos aqueles que estão aqui. Assim, queremos implementar nesse exercício: Treinamento Gerencial - com foco em liderança, Curso com as alterações no CPC, Curso de Gerenciamento de Projetos - teoria e ferramenta - visando adotar uma metodologia de trabalho para a área administrativa e área fim e também estamos viabilizando junto à SSP alguns cursos requeridos pelos Oficiais de Justiça, 6) Estruturação da Seção de Engenharia - com a quantidade de obras na Seccional, é imprescindível e fundamental estruturarmos um setor para acompanhamento e gerenciamento dessas obras.

HB - COMO ANDAM OS PROJETOS DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE E DAS SUBSEÇÕES?

Elenco os projetos que estão em fase mais avançada :

Nova sede - Já há um anteprojeto arquitetônico elaborado pelo CJF e estudaremos a viabilidade da licitação de todos os projetos necessários para licitarmos a obra. Por se tratar de um projeto muito grande (aproximadamente 54.000 m²), creio que só teremos condições de pensar em licitarmos a execução da obra em 2016;

SSJ de Rio Verde - fizemos a licitação da elaboração dos projetos em 2014, com início dos trabalhos agora em fevereiro de 2015. O objetivo é chegarmos ao final do ano com todos os projetos prontos, aprovados e conferidos;

SSJ de Jataí - todos os projetos foram entregues no final do exercício de 2014. A fase seguinte é licitarmos uma empresa para recebimento dos projetos (irá realizar toda a conferência dos aspectos técnicos) e licitar o início da execução, se possível, ainda em 2015.

HB - O QUE DESTACA DE REALIZAÇÕES EM 2014?

Destacamos: (1) a inauguração da nova sede da SSJ de Anápolis, com um espaço amplo, bem aproveitado, e, caso seja necessário, com possibilidade de abrigar mais uma Vara; (2) a reforma arquitetônica no prédio sede da SJGO, que, há muito, carecia de uma revitalização; (3) a reforma elétrica no prédio sede da SJGO, que nos possibilita, hoje, instalação de mais equipamentos eletroeletrônicos, uma vez que a rede elétrica se encontrava totalmente exaurida; (4) a melhoria na frota de veículos que atende a Seccional e SSJ's. Destacamos que a nossa última aquisição foi um veículo SUV, que atenderá a DIREF e atuará, também, como veículo de representação; (5) elaboração dos projetos da SSJ de Jataí, com o objetivo de iniciarmos a execução da obra nesse exercício.

HB - JÁ DÁ PARA SENTIR A REPERCUSSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO NA GESTÃO DA JUSTIÇA FEDERAL?

Sem dúvida. Principalmente no que concerne à velocidade de tramitação do processo. No físico, só para os processos virem do TRF e SSJ's demorava, no mínimo, dois dias. Hoje, ele chega *on line*, o que tem facilitado muito o deslinde das questões apresentadas. É óbvio que, tramitando mais rápido, nós teremos mais trabalho chegando às nossas "mesas". Mas a partir do momento que houver uma melhor adaptação dos servidores ao PAe, veremos o quanto este veio para facilitar a execução de nossas atividades.

HB- E O "SEI"?

Vejo no SEI uma das grandes iniciativas da Administração do TRF1. O sistema é robusto, de fácil manejo e atende perfeitamente às necessidades do TRF1. Comparo o SEI ao telefone celular. Há 20 anos atrás, vivíamos perfeitamente sem ele. Depois que ele foi inventado e se popularizou, não há como nos imaginarmos sem ele. Penso que o SEI é exatamente isso para o TRF1.

HB - DO PONTO DE VISTA OPERACIONAL, QUANDO SERÁ IMPLANTADO O PONTO ELETRÔNICO E, EM

POUCAS PALAVRAS, COMO FUNCIONA? É BIOMÉTRICO OU COM CARTÃO? ETC E TAL....

Essa pergunta é a pergunta que mais temos ouvido - rsss. Ainda não há uma previsão concreta da data de instalação do ponto eletrônico. O controle de acesso estará funcionando até o final do mês de fevereiro/2015. Estamos tendo muito cuidado com a instalação do ponto eletrônico para que ele atinja o objetivo: ser uma ferramenta de gestão. Assim, temos uma preocupação grande no desenvolvimento do software, que deverá ser de fácil manejo e oferecer a todos a maior transparência possível. O Controle de Acesso/ponto eletrônico será por cartão de proximidade (novo crachá). A princípio, pensamos na biometria, mas fizemos alguns estudos em outros órgãos e vimos que o sistema biométrico apresenta muitos problemas operacionais. O ponto eletrônico fará o controle de cumprimento de jornada de trabalho, ou seja, ele não fará o controle de pontualidade. Muito se tem imaginado a respeito do ponto eletrônico, mas acreditamos que não mudará em nada a rotina dos servidores que já cumprem a sua jornada de trabalho. A única mudança que ele trará é a total transparência para os gestores e para os servidores.

Falecimento do juiz federal César Antônio Ramos



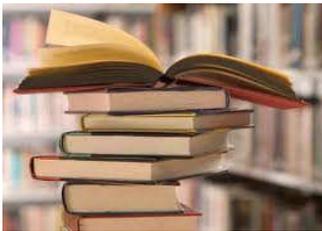
Faleceu, no dia 10 de janeiro, o juiz federal César Antônio Ramos, titular da 12ª vara da Justiça Federal de Goiás, na cidade de Brasília, vítima de câncer. Natural de Erechim, Rio Grande do Sul, Dr. César completaria 58 anos no dia 04/09/2015.

Ingressou na magistratura no ano de 1997, no cargo de juiz federal substituto da Seção Judiciária do Distrito Federal, através do V Concurso do TRF/1ª Região, tendo sido aprovado em 33º lugar. Titularizou-se em Cuiabá, no ano de 2005. Em 2006, com a instalação da Subseção Judiciária de Luziânia/GO, veio para Goiás, assumindo a titularidade da Subseção até setembro/2007. Em outubro de 2007 assumiu a 14ª Vara da JFGO onde permaneceu até fevereiro/2013.

Em março daquele ano, passou a ocupar a titularidade da 12ª Vara até o momento derradeiro de sua morte. Por onde passou, dr. César imprimiu sua marca de justiça, humanidade e transparência. “Era uma pessoa peculiar. Extremamente tímido, mas de apurado senso de humor. Nunca o vi destratar os servidores; sempre gentil, de poucas palavras e muito humilde. Sabia valorizar o esforço dos servidores e mostrava-se grato pelo bom andamento dos trabalhos. Esse era o Dr. César com quem convivemos e de quem sentiremos eternamente imensa saudade”, declarou a oficiala de gabinete, Abadia Maria de Oliveira, que conviveu com o magistrado por 8 anos.

LIVROS JURIDICOS (sugestões da

SEBIB):



MAZZA, Alexandre.
Manual de direito
administrativo. 5. ed.
Saraiva, 2015.

SABBAG, Eduardo de
Moraes. Manual de dir

eito tributário. 7. ed. Saraiva, 2015.

GOMES, José Jairo. Direito eleitoral. 11. ed. Atlas, 2015.

MENDES, Sérgio. Administração financeira e orçamentária: teoria e questões. 5. ed. Método, 2015.



AO MESTRE,

COM
CARINHO.

Aos vinte e um anos de idade, abandonei o curso de Letras Vernáculas e fui-me embora para Rondônia para trabalhar num escritório de uma transportadora de combustível. Depois de quatro meses, um caminhoneiro veio bisbilhotar a minha vida; contei-lhe toda a minha vida e que havia abandonado a Faculdade, pois precisava trabalhar para poder ganhar o meu pão de cada dia. Ele me disse que sua filha estudava numa escola municipal e

que não havia professor de português havia três meses. No dia seguinte, fui procurar a Secretaria de Educação. Naquela época, não havia concurso público, professor era pego no laço... Ao conversar com o Secretário, contei-lhe a minha vida, ele cresceu logo o olho e ofereceu-me o cargo. Aceitei de imediato! Até porque, naquela época, Rondônia ainda era Território, e o meu contracheque ficaria vinculado ao Ministério do Interior. Como se diz, eu era um funcionário público federal.

Quando assumi o cargo junto à Secretaria de Educação, logo após fui-me apresentar à diretora da Escola Municipal. Na época, ainda não era ensino médio, nem ensino fundamental; eu ministrava aulas para o curso ginásial, da quinta à oitava série. Dava quatro aulas pela tarde e mais quatro à noite. Comprei os melhores livros de gramática portuguesa para me dedicar com inteireza aos meus alunos. Tinha poucos livros. Mas em minha biblioteca estavam todos os livros de Paulo Freire, Machado de Assis e Manuel Bandeira, dentre outros. Adorava literatura. Aprendi Língua Portuguesa em um dos melhores colégios particulares de Goiânia, estudei lá apenas um ano, financiado por minha irmã mais velha, era um cursinho preparatório para concurso vestibular; pois sempre estudei em escola pública; na época, as escolas eram boas, tive ótimos professores; eram rigorosos e sistemáticos, se a gente não estudasse, então passava um mês assistindo aula de recuperação. E se não conseguisse a nota mínima, era reprovado. Ah, professor não fazia greve por melhoria de salário e o aluno também era reprovado por excesso de faltas. Bons tempos! Eu não perdia um só dia de aula, podia estar doente, que ia pra escola assim mesmo.

Quando entrei em uma sala de aula pela primeira vez, para ministrar aulas de Português, fiquei alguns minutos



em estado catatônico, eu tremia feito vara verde, a voz sumiu... E agora meu Deus? O que hei de dizer? Então, lembrei-me de meu mestre e comecei: quizesse e puzesse se escreve com z ou com s? Não! Quisesse e pusesse só se escreve com esse. E, se e

vou e venho de, nesse caso crase pra quê? Se eu vou e venho da, nesse caso crase há. Comecei a dar aula cantando, aprendi isso com um professor do cursinho lá de Goiânia. E fazia com que os alunos repetissem o que eu cantava. Parecia que eu estava ensinando papagaio a falar. Às vezes, eles cantavam tão alto que incomodava os alunos das salas do outro

A B C D E F G

1 + 1 = 2



pavilhão. E eu era obrigado a pedi-los para cantar mais baixo, para não atrapalhar a atenção de outras turmas, pois já tinha professor reclamando na diretoria. O meu objetivo era que os alunos passassem a se interessar por uma disciplina tão complicada como a Língua Portuguesa. Análise sintática então; ah, essa era um deus nos acuda. Só se furasse um buraco na cabeça de cada aluno, pra poder botar dentro algo tão complexo. Mas eu e mais uma professora de História fazíamos a maior algazarra, nem parecia que aquilo era uma sala de aula. Nas sextas-feiras, quando terminava as aulas, íamos para o bar na esquina do colégio, para beber cerveja e contar piadas junto com alguns alunos. O dono do bar colocava um disco de vinil para tocar e a gente começava a dançar. Quando saíamos de lá, já estava amanhecendo o dia. Bons tempos! Ah, cada sala de aula tinha em média quarenta alunos, eu dava aulas para oito turmas; com o tempo, eu já nem fazia mais a lista de chamada, pois sabia o nome de cada aluno, e chamava-os sempre pelo nome. Se alguém faltasse à aula, eu logo perguntava aos demais alunos, por que fulano ou beltrano estava ausente. Que memória eu tinha, hoje já não sei se ainda seria capaz de tal artimanha.

Quando o governo decidiu acabar com os Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, transformando-o em Estados, eu também fiquei desanimado. Eu era funcionário público federal, o meu salário nunca atrasava. Mas como Estado, provavelmente eu ficaria vinculado à prefeitura, pois dava aula em escola municipal. Então, decidi procurar outro trabalho mais vantajoso pra fazer. Precisava estudar mais, para ser alguém na vida. Meus alunos ficaram contrariados, quando pedi a minha exoneração do cargo, fizeram até um abaixo-assinado para eu voltar; fiquei pesaroso, mas não dei o braço a torcer, pois eu também precisava planejar o meu futuro.

De fato, o método educacional brasileiro continua o mesmo de cinquenta anos atrás, não mudou nadinha. Continua sendo educação de papagaio. Entupindo os alunos de informação, não ensinam a pensar, tampouco desenvolve o seu raciocínio. O nosso modelo educacional se tornou obsoleto para a era do conhecimento, pois continua ancorado de aprendizado segmentado, privilegiando a repetição, como se estivesse ensinando papagaio a falar. Não ensina a refletir e desenvolver habilidades importantes para a vida pessoal e profissional, as escolas levam os alunos a digerir grandes quantidades informação em aulas expositivas sobre assuntos de pouco interesse e utilidade.

Há seis anos, tive a desdita de me apaixonar e casar com uma mulher analfabeta, ela mal sabia copiar o próprio nome. Uma pedra bruta, como se diz. Sou virginiano e ela é uma capricorniana, que se preza pela honestidade e perseverança. Uma dupla dinâmica! Ela mal sabia cozinhar. Hoje, ela é uma cozinheira de mão cheia. É errando que se acaba acertando. Lembro-me de Paulo Freire quando afirma: “Só se aprende a fazer, fazendo aquilo que se viu como se faz”. Dito e feito. Fiz a matrícula dela em uma escola de ensino fundamental e ainda pago aulas particulares de reforço escolar. Ela já aprendeu a ler e escrever. Sabe acessar a sua conta de e-mail e tem até WhatsApp. Ela ainda não decorou a tabuada, mas faz a sua própria tabuada, contando nos dedos, e já sabe equação de primeiro e segundo grau, não é incrível? Ela está aprendendo a conjugar verbos. Falei pra ela começar conjugando o verbo amar... Se plantarmos mil árvores e vingar apenas uma, ainda haverá esperança para a humanidade. A sua única reclamação é que os professores de hoje vivem fazendo greve, e o Estado não paga nem o piso salarial dos professores. Conclusão: Os professores fazem de conta que ensinam e os alunos fazem de conta que aprendem. Resultado: Professor negligente, aluno relaxado! Por isso, nós somos um monte de analfabetos funcionais! Mas, pior que ser analfabeto funcional, é ser analfabeto político. Paulo Freire tem razão, dessa forma fica mais fácil manipular. Por isso nenhum governo investe em educação. A massa desorganizada não consegue fazer oposição. Tampouco tem a “Educação Como Prática de Liberdade”. Ao mestre, com carinho.

(Dalvo Resende)



Mui prezados colegas,
Espero que gozem de boa saúde.
Escrevo estas mal digitadas linhas com o intuito de dividir com vocês uma preocupação que, há algum tempo, vem me perturbando o sono: como realizar nossas comemorações festivas sem dinheiro? É que os nossos patrocínios estão cada vez menores, numa reação inversa em relação aos preços praticados pelas empresas fornecedoras, que estão cada vez maiores.

Lembro-me de festas juninas inesquecíveis, natais generosos em alegria e comes e bebes, tocantes homenagens às mulheres, dias do servidor com prêmios e shows!

O Pro-Social tinha uma verba para essas comemorações que foi cortada. Está cada vez mais difícil conseguir, que sejam R\$ 1.500,00 de patrocínio com a Caixa. O Sinjufego faz o que pode, mas sozinho não é suficiente, e a Serjus tem pouca arrecadação e muita obrigação.

Os salários congelados comprimem os orçamentos das entidades representantes da categoria dos servidores e as verbas de patrocínio.

Vencer estas dificuldades é um desafio que nos cabe encarar. Ou não.

Primeiramente, devemos avaliar se vale a pena manter estas comemorações, se elas significam do ponto de vista profissional e/ou pessoal, se elas nos dão prazer, se beneficiam os relacionamentos ou tornam a longa vida funcional mais agradável.

Se a resposta for sim, vamos então unir esforços para manter o nosso calendário festivo.

Para começar, podemos criar uma comissão, composta de servidores (das varas e da administração), para traçar uma estratégia de atuação e organização com o fim de angariar recursos que possibilitem a realização dos eventos, sem que pese no nosso já combalido bolso.

A este movimento poderemos dar um nome que traduza nossas intenções e crie uma identidade junto

aos colegas. Sugestões a esse propósito serão muito bem-vindas e aguardadas.

Por exemplo, Movimento de Resgate da Autoestima, o MORAU.

Ou Clube dos Amigos da Justiça, o CAJU.

As sugestões serão encaminhadas e votadas pelos servidores, via e-mail.

Assim, aguardamos a manifestação dos colegas para a composição da Comissão. Se não houver manifestação espontânea, vamos tentar uma “convocação espontânea”.

Fracassadas as tentativas, creio que teremos em 2015 um ano triste e rotineiro.

Mas, se tivermos sucesso, seremos mais fortes e unidos.

DICA DE SAÚDE

Nunca perca a oportunidade de rir, cantar, dançar, fazer o bem e amar muito!

